

PRODUTORES ENERGÉTICOS DE MANSO S.A. -
PROMAN

Relatório do auditor independente sobre
a revisão das informações contábeis
intermediárias (ITR)

Informações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2018

PRODUTORES ENERGÉTICOS DE MANSO S.A. - PROMAN

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2018

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de Informações Intermediárias

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstração do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Senhores Acionistas,

O Aproveitamento Múltiplo de Manso – APM Manso está localizado no Rio Manso, situado a cerca de 100 Km da cidade de Cuiabá-MT, e tem uma potência instalada de 210 MW, com quatro unidades geradoras de 52,5 MW, tendo uma energia assegurada de 92,0 MW. O seu reservatório atinge áreas nos municípios de Chapada dos Guimarães e Nova Brasilândia.

Idealizado com o objetivo de, num único empreendimento, buscar soluções para geração de energia elétrica e para a função social de combate às cheias do Rio Cuiabá, que traziam pesados ônus às comunidades ribeirinhas, o projeto se mostrou eficaz no seu primeiro ano de operação através da contenção dos reflexos provocados pelos altos índices pluviométricos verificados na região. Agrega, também, funções relevantes de caráter comunitário, tais como diluição de efluentes, navegação, irrigação, piscicultura e melhorias das condições sócio-econômicas da região.

Contrato de Concessão

O contrato de concessão na forma compartilhada para geração de energia (“Contrato de Concessão ANEEL nº 10/2000”), firmado entre a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e as empresas integrantes do Consórcio APM Manso, PROMAN e FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS, foi assinado em 10 de fevereiro de 2000 e vigorará pelo prazo de 35 anos contados a partir daquela data, podendo ser prorrogado pelo mesmo período desde que os concessionários assim o requeiram, pelo menos 36 meses antes do final desse prazo.

Licenciamento Ambiental

Encontra-se plenamente em vigor, tendo a ELETRONORTE, à época responsável pelo assunto, preparado e apresentado o EIA/RIMA exigido pela legislação ambiental e a licença de instalação renovada desde 01/10/98.

Contexto Econômico Financeiro

Principais itens financeiros comparados ao exercício anterior:

ITEM	30/09/2018	30/09/2017	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Circulante	2.035	2.242	2.388	2.522
Ativo Não Circulante	15.525	16.267	16.082	16.824
Ativo Total	17.560	18.509	18.470	19.346
Passivo Circulante	839	1.823	1.786	2.557

Passivo Não Circulante	15.621	15.586	15.584	15.689
Patrimônio Líquido	1.100	1.100	1.100	1.100
Passivo Total	17.560	18.509	18.470	19.346
Receita Operacional	3.820	3.836	5.116	4.772
Resultado Operacional Líquido	-	-	1.669	1.973
Lucro Líquido após IR	-	-	-	-

Receita Operacional

A Receita Operacional da PROMAN é originada, exclusivamente, pela comercialização do montante de energia elétrica garantida à Companhia.

O montante de energia pertencente à PROMAN foi garantido através do Contrato de Concessão ANEEL nº 10/2000.

A condição de venda da totalidade da energia garantida a PROMAN foi definida pelo contrato de compra e venda de energia elétrica (CCVE), celebrado entre Proman (vendedora) e Furnas (compradora).

O volume e condições da venda estão descritas a seguir:

ENERGIA FIRME		
ANO	QUANTIDADE MWh	TARIFA
	ANO	R\$/MWh
2002	544.276,74	56,77
2003	544.276,74	73,16
2004	525.186,95	79,57
2005	434.510,44	89,23
2006	392.745,44	90,32
2007	30.469,75	93,75
2008	30.469,75	101,15
2009	30.469,75	110,35
2010	30.469,75	108,77
2011	30.469,75	121,06
2012	30.469,75	127,11

ENERGIA FIRME		
ANO	QUANTIDADE MWh	TARIFA
	ANO	R\$/MWh
2013	30.469,75	137,40
2014	30.469,75	144,98
2015	30.469,75	150,47
2016	30.469,75	166,57
2017	30.469,75	178,53
2018	30.469,75	177,78
2019	30.469,75	
2020	30.469,75	
2021	30.469,75	
2022	30.469,75	
2023	30.469,75	
2024	30.469,75	
2025	30.469,75	
2026	30.469,75	
2027	30.469,75	
2028	30.469,75	
2029	30.469,75	
2030	30.469,75	
2031	30.469,75	
ATÉ	22.313,63	
11/2032		
dez/32	8.156,12	
2033	28.308,59	
2034	28.308,59	
fev/35	3.289,46	

Como podemos verificar, para o período de 2018 até 2031, o volume de energia assegurada a PROMAN será equivalente a 30.469,75 MWh/ano.

A tarifa praticada para venda da energia à Furnas equivaleu, em 2017, a R\$178,53/MWh.

Conforme estabelecido no contrato de compra e venda, essa tarifa é atualizada, anualmente, pela variação acumulada do IGP-DI, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Para o exercício de 2018, a tarifa a ser praticada corresponde a R\$177,78/MWh, pois a variação anual do IGP-DI, utilizada como base de cálculo para a definição do preço da tarifa a ser praticada durante o exercício de 2018, foi equivalente a **-0,42%**.

Resultado / Passivo Circulante e Não Circulante

A Proman apresenta, basicamente, dois passivos onerosos.

O primeiro refere-se à obrigação de devolução, pela PROMAN, à FURNAS, do volume de energia elétrica disponibilizado no canteiro de obras à época da construção da Usina, que deverá ser deduzido da energia assegurada à PROMAN, pelo Contrato de Concessão ANEEL nº 10/2000.

Conforme disposto nos itens direitos e obrigações dos Parceiros integrantes do Consórcio APM-Manso, FURNAS, na qualidade de Parceiro Público, tinha a obrigação de disponibilizar ao Parceiro Privado, ou seja, a PROMAN, energia elétrica no Canteiro de Obras. Por sua vez, a PROMAN, na qualidade de Parceiro Privado, tem a obrigação de devolver, a partir do 7º ano de operação da Usina, o volume de energia disponibilizado, em parcelas mensais, iguais e consecutivas, durante 311 meses.

As condições do modo de devolução estabelecidas no Contrato de Constituição do Consórcio e no CCVE deverão ser ratificadas em Termo Aditivo ao CCVE que, até o momento, não foi celebrado.

É importante ressaltar que Furnas contesta o volume de energia a ser devolvida pela PROMAN, por discordar da forma de apuração do mesmo, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 9. A matéria vem sendo objeto de disputa judicial, já tendo havido decisão favorável à PROMAN em primeira instância. Embora a sentença de primeira instância tenha sido posteriormente cassada, por questões processuais a serem corrigidas, e não pelo mérito, posto que durante o prazo concedido à Furnas para que se manifestasse sobre os documentos juntados pela PROMAN, os autos permaneceram indisponíveis, impossibilitando que a Autora exercesse o direito ao contraditório, os consultores jurídicos desta companhia continuam classificando a perda dessa causa como REMOTA.

A PROMAN, até o término do 3º trimestre de 2018, pagou o equivalente a 141 parcelas mensais da referida dívida, apesar de não ter sido celebrado o Termo Aditivo ao CCVE. O volume de energia utilizada como base de cálculo a ser devolvido mensalmente, foi apurado por empresa de Auditoria Independente.

A PROMAN espera que, durante o exercício de 2018, essa devolução seja ratificada e formalizada, mediante celebração do Termo Aditivo ao CCVE.

O outro passivo oneroso da empresa corresponde a 10.000 debêntures que estão, atualmente, em circulação.

Essas debêntures são remuneradas através de participação no resultado operacional da Companhia. Até setembro de 2013 esses ativos eram remunerados a razão de 75%, a partir de outubro de 2013, por deliberação em assembleia de debenturistas, a remuneração desses ativos passou a ser equivalente a 100% do resultado operacional disponível apurado pela Cia.

Em 30 de setembro de 2018, a empresa apresentou um resultado operacional acumulado positivo, equivalente a R\$ 782 mil, tendo sido, distribuído, na sua integralidade, aos debenturistas, a título de remuneração das debêntures em circulação.

Em relação ao item “debêntures”, classificado no Passivo circulante e no Não Circulante, esclarecemos que:

De acordo com a escritura das debêntures, toda a disponibilidade de caixa deve ser distribuída aos debenturistas, a título de remuneração e/ou amortização da conta passiva “debêntures”.

Durante o 3º trimestre de 2018 a disponibilidade de caixa foi equivalente a R\$ 1.740 mil. Com isso, essa disponibilidade de caixa foi distribuída aos debenturistas a título remuneração e/ou de amortização da conta passiva “debêntures”, classificada no Passivo circulante.

Para o próximo trimestre de 2018, estimamos que ocorram reduções no passivo circulante, pois estamos projetando que, a exemplo do que ocorreu no exercício de 2017 e nos 3 primeiros trimestres de 2018, a disponibilidade de caixa deverá se manter acima da distribuição de remuneração aos debenturistas e, por força de escritura, o saldo remanescente será utilizado no pagamento do Passivo circulante conta “debêntures”.

Atendimento aos dispositivos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003

A Companhia comunica que a empresa de Auditoria Independente BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES S.S., CNPJ sob o nº 54.276.936/0005-00, CÓDIGO CVM nº 01032-4, não presta serviços adicionais à Proman.

Os serviços ora contratados com a citada auditoria são os, comumente, estabelecidos em contratos padrão de prestação de serviços de auditoria externa, celebrados entre a entidade auditada e a empresa de auditoria independente.

Compromisso da Administração

O atual Conselho de Administração e a Diretoria Executiva têm seus mandatos válidos até abril de 2019 e abril de 2020, respectivamente, tanto o Conselho de Administração, como a Diretoria Executiva, continuarão a envidar seus esforços, no sentido de cumprir, e fazer cumprir, todos os compromissos pactuados pela Companhia, no que se refere a sua responsabilidade como consorciada, perante a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, Furnas Centrais Elétricas S/A, como parceira e cliente, e, principalmente, perante a sociedade.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2018.

PRODUTORES ENERGÉTICOS DE MANSO SA - PROMAN

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cesar Avidos Juruena Pereira – Presidente do Conselho

João Rios Junior – Conselheiro

Marcia de Luca Micheli – Conselheira

Antônio Carneiro Alves – Conselheiro

Geraldo Henrique de Castro – Conselheiro

DIRETORIA

Thiago de Resende Andrade - Diretor Presidente.

Nanci Turíbio Guimarães – Diretora Financeira e de Relações com Investidores

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Produtores Energéticos de Manso S.A. - PROMAN
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Produtores Energéticos de Manso S.A. - PROMAN ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três e nove meses findo naquela data, as mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity"). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, emitida pelo IASB, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 9, referente a obrigação da Proman de devolver a energia a ela emprestada por FURNAS durante a construção do APM Manso. De acordo com o contrato de constituição de consórcio celebrado entre Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ELETRONORTE (posteriormente substituída por Furnas Centrais Elétricas S/A), a PROMAN e o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado entre Furnas e Proman, ambos contratos destacados no parecer jurídico elaborado por empresa contratada, a devolução da energia disponibilizada ao canteiro de obras durante a fase de construção do APM Manso deve ser devolvida em parcelas iguais, mensais e consecutivas do montante da energia assegurada a PROMAN. Contudo, essas condições deveriam ter sido formalizadas através de Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Energia. Ainda, de acordo com a conclusão daquele parecer jurídico, as disposições contratuais quanto a forma de devolução, por dedução da energia emprestada, da cota parte da Proman, em parcelas mensais, iguais e sucessivas durante o período compreendido entre os meses de janeiro de 2007 e novembro de 2032 é incontestável. Considerando que nenhum termo aditivo ao referido contrato foi assinado até o momento, no final do terceiro trimestre de 2018 a Proman devolveu 416,5389 MWh ao preço unitário de R\$ 177,78/MW que é atualizado anualmente, mesmo preço da energia faturada vendida a FURNAS durante o exercício. O montante apurado e devido em 30 de setembro de 2018, é de R\$ 1.516 mil, e posteriormente quando o contrato for aditivado não se espera que os valores já conhecidos sejam alterados, tanto os já pagos quanto o montante já provisionado a ser pago. Nossa conclusão não contém modificação sobre esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F

Julian Clemente
Contador CRC 1 SP 197232/0-6 - S - RJ

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	6
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	100
Preferenciais	0
Total	100
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	17.560	18.470
1.01	Ativo Circulante	2.035	2.388
1.01.02	Aplicações Financeiras	996	1.040
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	996	1.040
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	996	1.040
1.01.03	Contas a Receber	443	445
1.01.03.01	Clientes	443	445
1.01.06	Tributos a Recuperar	596	903
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	596	903
1.02	Ativo Não Circulante	15.525	16.082
1.02.03	Imobilizado	15.525	16.082
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	15.525	16.082

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	17.560	18.470
2.01	Passivo Circulante	839	1.786
2.01.02	Fornecedores	153	141
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	153	141
2.01.03	Obrigações Fiscais	24	25
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	24	25
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	662	1.620
2.01.04.02	Debêntures	662	1.620
2.02	Passivo Não Circulante	15.621	15.584
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	14.210	14.210
2.02.01.02	Debêntures	14.210	14.210
2.02.02	Outras Obrigações	1.411	1.374
2.02.02.02	Outros	1.411	1.374
2.02.02.02.03	Fornecedores	1.411	1.374
2.03	Patrimônio Líquido	1.100	1.100
2.03.01	Capital Social Realizado	1.100	1.100

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.269	3.820	1.279	3.836
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-432	-1.608	-428	-1.449
3.03	Resultado Bruto	837	2.212	851	2.387
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-277	-1.458	-280	-1.299
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-279	-1.088	-309	-875
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2	74	29	117
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-444	0	-541
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	560	754	571	1.088
3.06	Resultado Financeiro	-560	-754	-571	-1.088
3.06.01	Receitas Financeiras	125	146	15	47
3.06.02	Despesas Financeiras	-685	-900	-586	-1.135
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.696	2.039
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.339	1.679
6.01.01.02	Depreciação	557	557
6.01.01.03	Provisão para Remuneração de Debentures	782	1.122
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	357	360
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Contas a Receber	2	-30
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Impostos a Recuperar	307	458
6.01.02.03	Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais	1	-2
6.01.02.04	Aumento (Redução) em Fornecedores	47	-66
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.740	-1.891
6.03.01	Pagamento de Remuneração das Debentures	-1.740	-1.891
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-44	148
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.040	770
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	996	918

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	1.100	0	0	0	0	1.100
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	1.100	0	0	0	0	1.100
5.07	Saldo Finais	1.100	0	0	0	0	1.100

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.100	0	0	0	0	1.100
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.100	0	0	0	0	1.100
5.07	Saldos Finais	1.100	0	0	0	0	1.100

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	4.063	4.122
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.989	4.005
7.01.02	Outras Receitas	74	117
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.496	-1.525
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.052	-984
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-444	-541
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.567	2.597
7.04	Retenções	-557	-557
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-557	-557
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.010	2.040
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	146	47
7.06.02	Receitas Financeiras	146	47
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.156	2.087
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.156	2.087
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	327	181
7.08.02.01	Federais	321	176
7.08.02.02	Estaduais	5	5
7.08.02.03	Municipais	1	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.829	1.906
7.08.03.01	Juros	118	13
7.08.03.03	Outras	1.711	1.893
7.08.03.03.01	Remuneração de Debentures	782	1.122
7.08.03.03.02	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos	929	771

1. Contexto operacional

Produtores Energéticos de Manso S.A. - PROMAN ("Companhia"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, e situado no Estado do Rio de Janeiro, foi constituída em 10 de dezembro de 1997, tendo como objeto a exploração, em consórcio firmado com as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, posteriormente transferido para Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), sob regime de concessão do Aproveitamento Múltiplo de Manso - APM Manso (o "Empreendimento"), constituído basicamente pela Usina Hidroelétrica de Manso e suas quatro unidades geradoras. O referido consórcio foi firmado em 18 de dezembro de 1997, com a denominação de Consórcio APM Manso (o "Consórcio"), tendo como empresa líder Furnas, com o objetivo de concluir e manter a operação do Empreendimento e seu Sistema de Transmissão Associado. A participação da Companhia no montante dos investimentos para a conclusão do Empreendimento realizado pelo Consórcio foi de 33,33%, sendo que, a partir de 14 de novembro de 2000, mediante Terceiro Termo Aditivo ao contrato de constituição do Consórcio, a Companhia passou a arcar, na proporção de 30%, com os custos referentes às melhorias, à reposição de sobressalentes e à parcela contratada com terceiros dos serviços especiais e dos serviços de reparos nas estruturas civis. A participação da Companhia na energia assegurada a ser gerada pelo Empreendimento está estabelecida no Contrato de Concessão ANEEL nº 10/2000, abaixo detalhado.

A concessão para exploração do Empreendimento pelo Consórcio é regulada pelo Contrato de Concessão nº 010/2000, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 10 de fevereiro de 2000, sendo o prazo de vigência da referida concessão de 35 anos, contados a partir dessa data. O referido prazo poderá ser prorrogado, a critério da ANEEL, na forma da legislação em vigor, quando do término do Contrato de Concessão, mediante requerimento do Consórcio, desde que a exploração do Empreendimento esteja ocorrendo nas condições estabelecidas no referido Contrato de Concessão, na legislação do setor de energia elétrica e que atenda aos interesses dos consumidores.

O Empreendimento é operado e mantido por Furnas, e suas quatro unidades geradoras iniciaram suas operações durante os exercícios de 2000 e 2001.

Em 9 de junho de 2000, a Companhia firmou com Furnas, tendo como interveniente-garantidora a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, Contrato de Compra e Venda de Energia ("Contrato") que regula todos os direitos e obrigações na venda à Furnas da cota-parte da energia assegurada à Companhia no Empreendimento, correspondente aos seguintes montantes:

PRODUTORES ENERGÉTICOS MANSO S.A. - PROMAN

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2018
(Valores expressos em milhares Reais)

	Energia assegurada em MWh/ano
2000	37.796,23
2001	695.267,38
2002 e 2003	544.276,74
2004	525.186,95
2005	434.510,44
2006	392.745,44
2007 à 2031	30.469,75
Até 11/2032	22.313,63
Dez/32	8.156,12
2033 e 2034	28.308,59
2035	3.289,46

Desta forma, mediante o Contrato, a Companhia estará vendendo à Furnas, tendo essa se obrigado a comprar, no período de concessão, a totalidade da energia a que tem direito a Companhia, conforme mencionado anteriormente, ao preço unitário de R\$ 36,98/MWh, base abril de 1997, corrigido pela variação do Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna - IGP-DI ("IGP-DI"). O preço unitário da energia faturada para o exercício de 2018, devidamente atualizado, será equivalente a R\$ 177,78/MWh (tarifa de 2017: R\$ 178,53/MWh). O estoque de MWh garantido a PROMAN (Contrato de Concessão) e comprometido à venda para FURNAS, durante o período compreendido entre 2018 a 2035, corresponde a 516.952,89 MWh equivalente a R\$ 91.994 mil ao preço que será faturada, do exercício de 2018 até o término da Concessão (fevereiro de 2035).

É importante ressaltar que, desde o início da operação do APM-Manso, o empreendimento nunca paralisou suas atividades, gerando volumes de energia, apurados em MWh, conforme demonstrado a seguir:

Ano	MWh	Ano	MWh
2001	250.034,52	2010	679.918,00
2002	863.018,00	2011	695.477,00
2003	832.519,66	2012	629.793,00
2004	732.808,00	2013	647.255,00
2005	615.793,00	2014	758.943,61
2006	847.429,00	2015	683.264,72
2007	698.706,99	2016	624.564,63
2008	859.446,00	2017	615.428,08
2009	768.547,00		

Independente do Volume de energia gerado pelo empreendimento, a PROMAN, têm garantido, através do Contrato de Concessão ANEEL nº 10/2000, o recebimento de um volume de energia, que, conforme contrato de Compra e Venda de energia já detalhado nesse Contexto Operacional, está comprometido para venda a Furnas em condições pré-estabelecidas, que serão mantidas até o término do contrato, ou seja, fevereiro de 2035.

No encerramento do terceiro trimestre de 2018, o Patrimônio Líquido, o Capital Circulante Líquido Positivo e o Resultado Apurado eram R\$ 1.100 mil, R\$ 1.196 mil e R\$ 0, respectivamente.

No encerramento do terceiro trimestre de 2018, a Companhia acumulou Resultado Operacional positivo equivalente a R\$ 782 que foi distribuído, na sua integralidade, aos investidores, a título de remuneração variável, nos termos da escritura da primeira emissão de debêntures conversíveis em ações, em circulação. A Companhia apresentou, nesse período, disponibilidade de caixa que foi utilizada na amortização de seu passivo "Debêntures" mediante criação de evento de amortizações extraordinárias do valor das debêntures em circulação. Podemos verificar, ainda, que a Companhia vem apresentando disponibilidade de caixa que é utilizada, mensalmente, na amortização de seu passivo "Debêntures" mediante criação de evento de amortizações extraordinárias do valor das debêntures em circulação. Os índices apresentados pela PROMAN, demonstram que a Companhia vem auferindo resultados positivos, possibilitando a continuidade do processo de desoneração da Companhia, mediante antecipação de pagamentos parciais do passivo oneroso da Companhia que é constituído, primordialmente, das debêntures em circulação.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações contábeis intermediárias aqui apresentadas foram elaboradas seguindo princípios, práticas contábeis e critérios consistentes com base nas últimas demonstrações contábeis anuais em 31 de dezembro de 2017 publicadas em 26 de março de 2018.

A autorização para conclusão da preparação destas Demonstrações contábeis intermediárias ocorreu em 13 de novembro de 2018.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias

a) Apuração do Resultado

As receitas de vendas são apresentadas pelo valor bruto, ou seja, inclui os impostos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto e/ou serviços são transferidos ao comprador.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em milhares de Reais (R\$) mil. O real é a moeda funcional e a principal moeda do ambiente econômico em que a Companhia opera.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis; equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, essa definição também é utilizada na Demonstração do Fluxo de Caixa.

d) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia foram classificados, dentre as novas categorias trazidas pelo novo pronunciamento técnico IFRS 9/CPC 48, como mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de resultado. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

e) Impairment de ativos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo apurado por meio de outros resultados abrangentes, a Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta última categoria, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas serão mensuradas, quando houver, com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

f) Contas a receber - clientes

Os recebíveis são decorrentes da venda de energia elétrica assegurada para Furnas, conforme estabelecido em contrato e termos aditivos.

g) Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

h) Imobilizado

Representado por ativos geradores de energia, provenientes dos investimentos iniciais da APM Manso, registrados ao valor de custos, acrescidos dos juros incorridos e demais encargos financeiros relacionados aos recursos obtidos de terceiros para a construção do Empreendimento, que foram ativados até as datas de início das operações de cada uma das quatro unidades geradoras do Empreendimento.

As taxas anuais de depreciação do ativo imobilizado são aquelas indicadas na Nota 7, e vêm sendo quantificadas proporcionalmente em relação à demanda assegurada de energia no decorrer de cada exercício, conforme mencionado na Nota 1, considerando o período de concessão e de início de operação de cada unidade geradora.

i) Obrigações tributárias

Referem-se aos impostos e contribuições pertinentes aos preceitos legais, e relacionados às atividades operacionais; além disso, da obrigatoriedade da taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE/ANEEL, os valores estão registrados a valor presente.

j) Resultado por Ação

Calculado com base na quantidade de ações, excluídas aquelas mantidas em tesouraria, na data do encerramento dos balanços.

k) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. A Companhia possui um único segmento de negócio.

l) Uso das estimativas

Na elaboração das Demonstrações Contábeis é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

m) Imposto de Renda e Contribuição Social

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base no lucro real nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

2.3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB/CPC

a) Normas e interpretações em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 está vigente desde 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de “Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes”, sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação.

Assim, os instrumentos financeiros na categoria de “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes” são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultados Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro. A outra principal alteração está relacionada ao “impairment” de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de “perda esperada” substitui o modelo de “perda incorrida”. O novo modelo de “perda esperada” deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de “Custo Amortizado” e “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

- IFRS 15 Receita de contrato com clientes

O IFRS 15 está vigente desde 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes. Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de “performance”; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de “performance”; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de “performance” for satisfeita.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2018
(Valores expressos em milhares Reais)

A adoção dessas normas pela Companhia não gerou impacto relevante nas suas informações financeiras intermediárias.

b) Normas que ainda não estão em vigor:

IFRS 16 Arrendamento Mercantil

O IFRS 16 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases - Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um "direito de uso" dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

Os efeitos desse pronunciamento ainda estão sob análise da administração da Companhia, no entanto a administração entende que não irá gerar impactos significativos nas demonstrações contábeis no futuro.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicações financeiras		
Banco do Brasil	996	1.040
	<u>996</u>	<u>1.040</u>

As aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em fundos de investimentos renda fixa e Certificados de Depósitos Interbancário junto ao Banco do Brasil S.A., que apresentam liquidez imediata e risco remoto de perda.

Durante o 3º trimestre de 2018, as aplicações em CDB, que representam, aproximadamente, 86,56% dos recursos investidos, renderam o equivalente a 77,57% da variação acumulada do CDI.

PRODUTORES ENERGÉTICOS MANSO S.A. - PROMAN

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2018
(Valores expressos em milhares Reais)

4. Instrumentos financeiros por categoria

	Custo amortizado	Total	
Aplicações financeiras	996	996	
Contas a receber de clientes	443	443	
	<u>1.439</u>	<u>1.439</u>	
	Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Total
Fornecedores	-	153	153
Debêntures	-	14.872	14.872
	<u>-</u>	<u>15.025</u>	<u>15.025</u>

5. Contas a receber

Corresponde aos valores a receber de Furnas relativamente à energia assegurada do mês de setembro de 2018, prevista no contrato mencionado na Nota Explicativa nº 1, no montante de R\$ 443 (R\$ 445 em dezembro de 2017), a ser recebido em outubro de 2018. O valor a receber de Furnas referente ao mês de setembro de 2018 é o resultado da venda da energia garantida, em montante equivalente a 2.539,1458 MWh deduzida da devolução da energia de canteiro, equivalente a 46,2821 MWh, conforme descrito na Nota Explicativa nº 9.

6. Impostos a recuperar

	30/09/2018	31/12/2017
IRPJ a Compensar	48	244
CSLL a Compensar	40	293
COFINS a Compensar	-	356
Saldo negativo IRPJ	282	3
Saldo negativo CSLL	225	7
PIS a Recuperar	1	-
	<u>596</u>	<u>903</u>

No 1º semestre de 2017, foi baixado CSLL a compensar referente ao período de 2004 a 2010 no montante de R\$ 541.

PRODUTORES ENERGÉTICOS MANSO S.A. - PROMAN

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2018
(Valores expressos em milhares Reais)

No 3º trimestre de 2017, a PROMAN deu início aos ingressos de pedido, junto a Receita Federal, de restituição referentes aos saldos negativos de IRPJ e CSLL, passíveis de restituição.

Os impostos a recuperar, cujos prazos prescreveram, foram baixados da conta ativa "impostos a recuperar" no mês de janeiro de 2018. Os valores baixados serão relacionados a seguir:

IRPJ: R\$ 3

COFINS: R\$ 356

CSLL: R\$ 84

A conta Impostos a recuperar, cujos tributos são passíveis de restituição foram transferidos para as contas patrimoniais ativas "Saldo Negativo" e estão sendo utilizadas, por compensação protocolada na Receita Federal, no pagamento de impostos decorrentes da rotina administrativa da Companhia.

Os Saldos Negativos registrados encerraram o 3º trimestre de 2018 com os seguintes valores:

- Saldo Negativo IRPJ do período compreendido entre o 1º trimestre/2013 a 4º trimestre 2017 R\$ 282;
- Saldo Negativo CSLL do período compreendido entre o 2º trimestre/2013 a 4º trimestre 2017: R\$ 225;

7. Imobilizado

	Custo	Depreciação acumulada	30/09/2018	31/12/2017
Terrenos	3.488	-	3.488	3.488
Reservatórios e barragens	5.518	(4.810)	708	741
Edificações	11.435	(9.636)	1.799	1.861
Sistemas de processamento e dados	4	(4)	-	-
Máquinas e equipamentos	63.301	(55.513)	7.788	8.169
Efeitos financeiros e energia consumida (a)	13.518	(11.776)	1.742	1.823
	<u>97.264</u>	<u>(81.739)</u>	<u>15.525</u>	<u>16.082</u>

(a) Refere-se a energia consumida na construção do empreendimento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2018
(Valores expressos em milhares Reais)

Movimentação do ativo imobilizado líquido relativa ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018.

	31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	30/09/2018
Terrenos	3.488	-	-	-	3.488
Reservatórios e barragens	741	-	-	(33)	708
Edificações	1.861	-	-	(62)	1.799
Máquinas e equipamentos	8.169	-	-	(381)	7.788
Efeitos financeiros e energia consumida	1.823	-	-	(81)	1.742
	<u>16.082</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(557)</u>	<u>15.525</u>

As taxas de depreciação adotadas para a totalidade dos bens do ativo imobilizado tomam como premissa única e exclusiva, a proporcionalidade da energia assegurada em cada exercício em relação ao total de energia assegurada, conforme mencionado na Nota 1, que ocorrerá durante o período de concessão de 35 anos. O início da depreciação dos bens do ativo imobilizado ocorreu em quatro momentos distintos (novembro de 2000 e fevereiro, março e maio de 2001), demarcados pela entrada em operação das quatro unidades geradoras. Estão relacionadas a seguir as taxas de depreciação adotadas para cada exercício social.

Taxas de depreciação anuais

	Anual (%)
2000 (*)	0,94
2001	17,27
2002 e 2003	13,52
2004	13,03
2005	10,78
2006	9,74
2007 à 2032	0,76
2033 e 2034	0,68
2035	0,08

(*) corresponde apenas ao mês de dezembro.

Ao término do período de concessão, ou do prazo de prorrogação que possa vir a ser concedido, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia reverterá para a União Federal os bens correspondentes ao Empreendimento, se houver exigência desta, sendo indenizada em conformidade com as determinações contidas na legislação vigente, observando-se os valores e datas da incorporação desses bens à União Federal.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2018
(Valores expressos em milhares Reais)

O imobilizado está registrado por valores não superiores ao seu respectivo valor de recuperação. Este último valor foi determinado com base no Laudo de Mensuração de Valor Recuperável de ativo, emitido em dezembro de 2017, pela Crowe Horwath Bendoraytes & Cia, Independent Member Crowe Horwath International.

O referido Laudo sinaliza que o Valor Recuperável de ativo imobilizado da PROMAN representa, em dezembro de 2017, o equivalente a R\$ 18.823 mil, ou seja, superior ao valor registrado nos Livros Contábeis da PROMAN.

8. Debêntures

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos Acionistas, realizada em 19 de outubro de 2001, retificada nos termos da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2001, foi aprovada a primeira emissão pública, com data-base de 19 de outubro de 2001, de debêntures nominativas em série única, conversíveis em ações preferenciais, pela Companhia, com interveniência de seus acionistas.

Essa emissão, cuja distribuição foi encerrada em 1º de novembro de 2002 foi composta por 10.000 debêntures, com preço unitário, na data de emissão, de R\$ 3.700,00.

O montante da emissão correspondeu a R\$37.000 mil e foi subdividido em: (i) valor nominal total de R\$19.600 mil e; (ii) prêmio de emissão total com valor de R\$17.400 mil.

Conforme escritura de emissão, o valor de emissão das debêntures foi atualizado, pro-rata-die, até a data da efetiva subscrição pela variação do IGPM, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

O prêmio de emissão foi contabilizado em conta de reserva de capital, nos termos do artigo 182 da Lei nº 6.404/76.

A reserva constituída com o referido prêmio foi integralmente utilizada para o resgate e posterior cancelamento de 1.000.000 de ações ordinárias, sem redução do capital social da Companhia, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 20 de novembro de 2002.

Em relação à remuneração das debêntures, essa é calculada e paga mensalmente. A apuração e o pagamento de remuneração aos debenturistas têm como base de cálculo um percentual de participação nos resultados auferidos pela Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2018
(Valores expressos em milhares Reais)

O pagamento de remuneração iniciou a partir do encerramento do período de distribuição das debêntures ao mercado investidor, evento esse ocorrido em 1º de novembro de 2002, conforme já detalhado acima.

A base de cálculo da remuneração aos investidores foi alterada diversas vezes, através de aditamentos à Escritura de Emissão, deliberados em assembleias gerais de debenturistas, conforme se segue:

Data da AGDeb	Cláusula Aditada e/ou Inserida	Período de Pagamento		% participação do RODI (*)
		Inicial	Final	
19/10/2001	4.5.1	Nov/2002	Mai/2006	100%
13/06/2006	4.5.1.1	Jun/2006	Mar/2008	10%
29/04/2008	4.5.1.2	Abr/2008	Mar/2012	50%
26/04/2012	4.5.1.3	Abr/2012	Set/2013	75%
28/10/2013	4.5.1.4	Out/2013	Até a presente data	100%

(*) RODI: Resultado Operacional Disponível

O prazo de vencimento das debêntures ocorrerá quando da dissolução ou liquidação da Companhia, exceto quando da ocorrência de eventos que ensejem o seu vencimento antecipado, conforme previsto no Instrumento Particular de Escritura da referida emissão.

O saldo do valor nominal das debêntures foi classificado no passivo não circulante, e, no passivo circulante, encontra-se classificado as diferenças mensais apuradas entre as remunerações devidas aos debenturistas, calculadas mediante as condições estabelecidas no item 4.5 da escritura de primeira emissão de debêntures e a disponibilidade de caixa da Companhia.

A seguir, a movimentação das debêntures no trimestre findo em 30/09/2018:

	30/09/2018	31/12/2017
Saldo inicial	15.830	16.638
Participação nos lucros	782	1.691
Amortizações da participação	(1.740)	(2.499)
Saldo Final	14.872	15.830
Circulante	662	1.620
Não circulante	14.210	14.210

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2018
(Valores expressos em milhares Reais)

Destaca-se que a remuneração das debêntures é distribuída com base no Resultado Operacional Disponível Anual (RODI), nos termos estabelecidos na Escritura de Debêntures. Todavia, a escritura prevê que o RODI será calculado mensalmente e, se o resultado apurado no mês for positivo, esse resultado será distribuído aos debenturistas, a título de remuneração dos referidos ativos, até o dia 20 do mês subsequente.

Do mesmo modo, caso o RODI apurado seja negativo, constata-se (i) que a Companhia apurou prejuízo no período; ou (ii) que o somatório das remunerações distribuídas nos meses anteriores (do mesmo exercício) foi superior ao RODI apurado no mês corrente. No último caso, classifica-se a remuneração paga que sobejou do RODI, em conta ativa classificada como "antecipação de pagamento de RODI".

No encerramento do 3º trimestre de 2018, não foram verificados os eventos explicitados acima.

Outro aspecto a ser destacado, é que de acordo com escritura das debêntures, as sobras de caixa devem ser utilizadas para amortizar, primeiramente, o passivo circulante e, após amortização total dessa conta, as sobras de caixa apuradas passam a ser utilizadas na amortização do valor nominal dos referidos ativos.

Como podemos verificar, durante os 9 primeiros meses de 2018, foram feitas amortizações parciais do passivo circulante.

9. Energia do Canteiro de Construção do APM Manso - Disponibilização e Devolução

De acordo com a cláusula 7ª, §2º item "S" e cláusula 8ª, §2º item "S" do Contrato SUP 1.1.7.4.0212.0 (Contrato de Constituição do Consórcio firmado entre FURNAS, na qualidade de sucessora da ELETRONORTE, e PROMAN), bem como a cláusula 3.10 do Contrato de Compra e Venda de Energia ("CCVE") celebrado, também, entre FURNAS (Compradora) e PROMAN (Vendedora) da totalidade de energia elétrica assegurada a PROMAN, o parceiro público (ELETRONORTE que, posteriormente foi substituída por FURNAS) teve, como obrigação contratual, a disponibilização, ao parceiro privado (PROMAN) da energia no Canteiro de Obras, energia essa que deve ser devolvida pelo parceiro privado ao parceiro público em parcelas mensais, iguais e consecutivas, mediante dedução, em volume de energia, sobre a energia garantida pelo Contrato de Concessão, por 311 meses, contados a partir de janeiro de 2007, devendo ser estabelecido mediante celebração de Termo Aditivo ao CCVE no término da Construção do Empreendimento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2018
(Valores expressos em milhares Reais)

Essas condições são replicadas em diversos documentos que compõem o processo de concessão, desde sua origem, através do Edital de Licitação, bem como a proposta de parceria que fundamenta o arcabouço de obrigações e direitos do parceiro privado.

Até a presente data, não foi celebrado, entre FURNAS e PROMAN o Termo Aditivo ao CCVE para disciplinar essa questão.

A Companhia, por entender que estava inadimplente a uma obrigação constante dos contratos que disciplinam, tanto a Concessão da Usina, quanto as obrigações e direitos do Consórcio responsável pela exploração do APM-Manso, contratou Parecer Jurídico para orientação do modo de devolução da energia, além de Parecer de Auditor independente emitido pela Crowe Bendoraytes para quantificar o volume total da energia a ser devolvida e o montante mensal a ser deduzido da energia assegurada.

Assim, constatou-se que o volume total de energia elétrica, disponibilizada por FURNAS, no canteiro de obras, equivale a 14.393,7513 MWh e o volume mensal a ser deduzido da energia assegurada é de 46,2821 Mwh.

Desse modo, a Companhia, na fatura de novembro/2014, deduziu um montante de energia equivalente a 49 parcelas (Janeiro/2007 a Dezembro/2010 e Novembro/2014) e, em Dezembro de 2014, deduziu o equivalente a 47 parcelas (Janeiro/2011 a Outubro/2014 e Dezembro de 2014). A partir de janeiro de 2015, foram deduzidos, do montante mensal de energia assegurada, volume equivalente a 46,2821 MWh.

No final do 3º trimestre de 2018 restam 7.867,9752 Mwh que serão deduzidas da energia assegurada em 170 parcelas mensais, iguais e consecutivas, até o mês de novembro de 2032.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2018
(Valores expressos em milhares Reais)

A seguir, a movimentação da Energia de Canteiro até 30 de setembro de 2018:

	<u>Em reais - R\$ (mil)</u>	<u>MWh</u>
Total de energia fornecida - MWh		14.393,75
Prazo para devolução		311 meses
Total mensal de energia a ser devolvida - MWh		46,2821
Saldo inicial		14.393,75
		<u>MWh</u>
Pagamento de parcelas em atraso - 01/2007 a 12/2007		(555,3852)
Pagamento de parcelas em atraso - 01/2008 a 12/2008		(555,3852)
Pagamento de parcelas em atraso - 01/2009 a 12/2009		(555,3852)
Pagamento de parcelas em atraso - 01/2010 a 12/2010		(555,3852)
Pagamento de parcelas em atraso - 01/2011 a 12/2011		(555,3852)
Pagamento de parcelas em atraso - 01/2012 a 12/2012		(555,3852)
Pagamento de parcelas em atraso - 01/2013 a 12/2013		(555,3852)
Pagamento referente 2014		(555,3852)
Pagamento referente 2015		(555,3852)
Pagamento referente 2016		(555,3852)
Pagamento referente 2017		(555,3852)
Pagamento referente a 2018		(416,5389)
Saldo Final	<u>1.516</u>	<u>7.867,9752</u>
Circulante	105	555,3852
Não Circulante	1.411	7.312,5900

O montante apurado e devido em 30 de setembro de 2018, é de R\$ 1.516 mil, e posteriormente quando o contrato for aditivado não se espera que os valores já conhecidos sejam alterados, tanto os já pagos quanto o montante já provisionado a ser pago.

FURNAS entrou com ação de cobrança em desfavor de PROMAN, aonde reclama que essa última deixou de cumprir com obrigação contratual, constante do contrato SUP 1.7.4.0212, celebrado em dezembro de 1997 entre a ELETRONORTE, sucedida por FURNAS, e a PROMAN, com previsão de formação de consórcio, para o aproveitamento hidroelétrico de um trecho do Rio Manso em Mato Grosso.

O descumprimento seria referente a não devolução de energia elétrica emprestada por FURNAS à época da construção do empreendimento, no canteiro de obras do Aproveitamento Múltiplo de Manso e, portanto, requereu o pagamento de R\$ 4.500.441,71 (quatro milhões, quinhentos mil, quatrocentos e quarenta e um reais e setenta e um centavos), ou seja, solicitou que seja determinada a devolução de energia em montante equivalente aos valores pagos pela autora à CEMAT e não ao volume de energia que, de fato, foi

disponibilizada no canteiro de obras, nos termos regidos nos contratos que montam o arcabouço de documentos que ampara a constituição do Consórcio APM-Manso e a exploração, em consórcio, do APM-Manso.

Em sentença promulgada na primeira quinzena de outubro de 2015 (1ª instância), o juízo decidiu que essa questão não demandava de perícia, por ser matéria de direito, devendo somente analisar a interpretação das cláusulas contratuais que estabeleceram as obrigações das partes relativas à entrega e devolução de energia.

Dessa forma, ao analisar o mérito, o juízo julgou improcedente o pedido de FURNAS pela simples análise das cláusulas contratuais que dispõe sobre o empréstimo, aonde estabelece que a devolução ocorrerá com a energia produzida pelo empreendimento.

FURNAS alegou, ainda, que para cumprir sua obrigação teve a necessidade de adquirir a energia, a ser disponibilizada no canteiro de obras, na CEMAT, o que a onerou. De acordo com sua declaração, essa oneração se deu pela imprevisão dos gastos, motivada por questões legais e mercadológicas no segmento de energia. Com relação a essa alegação, o juízo entendeu não ser fato imprevisível ocorrido durante a execução do contrato e, caso fosse, deveria FURNAS ter ajustado tal questão por aditivo ao contrato.

O juízo fundamentou seu convencimento impondo que as cláusulas contratuais não têm qualquer irregularidade e devem ser respeitadas, bem como afirmou que não houve ilicitude da PROMAN que pretende cumprir sua obrigação de acordo com o que foi ajustado.

Finalizando, o Juízo entendeu que o contrato é claro quanto à devolução em energia com base na energia efetivamente entregue, e não no valor desembolsado pela contraparte para que realizasse o fornecimento. Destacando: "Ou seja, não incumbe à ré arcar com as despesas da contraparte para cumprir sua obrigação de fornecimento."

Por meio de sua apelação, Furnas pugnou pela nulidade de sentença diante de dois argumentos, o primeiro de que não teria sido concedida vista aos documentos apresentados pela PROMAN na fase de produção de provas documentais; e o segundo de que não houve a análise do pedido de prova pericial que possibilitaria o cálculo da energia a ser devolvida.

Assim, em setembro de 2016, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, por meio da 2ª Turma Cível, deu provimento à apelação de FURNAS para cassar a sentença, considerando que (i) durante o prazo concedidos à Furnas para que se manifestasse sobre os documentos juntados pela PROMAN, os autos permaneceram indisponíveis, impossibilitando que a Autora exercesse o direito ao contraditório; e (ii) que o Juiz deveria ter proferido decisão indeferindo o pedido de produção de prova pericial no momento oportuno (antes, portanto, da sentença), de modo a possibilitar que FURNAS manejasse recurso próprio.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2018
(Valores expressos em milhares Reais)

Mesmo mediante esse retrocesso, os advogados da PROMAN entendem ser remota a PERDA DESSA CAUSA, em vista da interpretação e da boa fundamentação do Juízo (em 1ª instância), e dos motivos que levaram o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, por meio da 2ª Turma Cível, de dar provimento à apelação de FURNAS para cassar a sentença, pois o que deu causa a nulidade da sentença foi a indisponibilidade de documentos que permitisse FURNAS ao seu direito ao contraditório e o não indeferido pedido de produção de prova pericial no momento oportuno que Juízo que promulgou a sentença.

10. Patrimônio líquido

a) Capital social subscrito e integralizado

	Quantidade de Ações	
	30/09/2018	31/12/2017
Bull Finance	28.500	28.500
Fapes	20.000	20.000
Fundação Real Grandeza	20.000	20.000
Aceprev	15.000	15.000
Geiprev	12.400	12.400
Investprev	4.100	4.100
	<u>100.000</u>	<u>100.000</u>

Todas as ações em que se divide o capital social da Companhia são ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Apropriação do lucro

De acordo com o estatuto social, os lucros líquidos auferidos em cada exercício, que a partir de 2002, passam a contemplar o reconhecimento da participação devida aos debenturistas, conforme mencionado na Nota 8, serão destinados, em ordem de preferência, a (i) dedução do prejuízo acumulado e a provisão para o imposto de renda; e (ii) o saldo remanescente destinar-se-á: (ii.a) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% (vinte por cento) do capital social ou o limite previsto no §1º do artigo 193 da Lei 6.404/76; (ii.b) pagamento de dividendos obrigatórios a razão de 25% (vinte e cinco por cento) a todos os seus acionistas; e (ii.c) o saldo que houver, destinar-se-á a retenção de lucros na forma do artigo 196 da Lei 6.404/76.

PRODUTORES ENERGÉTICOS MANSO S.A. - PROMAN

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2018
(Valores expressos em milhares Reais)

11. Receita

Receita de Operação com Energia

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Furnas Centras Elétricas	3.989	4.005
PIS	(44)	(47)
COFINS	(125)	(122)
	<u>3.820</u>	<u>3.836</u>

12. Custo dos bens/serviços prestados

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Taxa Fiscalização	(122)	(121)
Depreciação	(557)	(557)
Comp Financ utilização recursos (a)	(929)	(771)
	<u>(1.608)</u>	<u>(1.449)</u>

(a) Refere-se a taxa de compensação financeira pela utilização de recursos hídricos conforme Lei nº 9.427/1996.

13. Despesas gerais e administrativas

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Serviços de terceiros (a)	(1.031)	(826)
Outras despesas	(57)	(49)
	<u>(1.088)</u>	<u>(875)</u>

(a) Os serviços de terceiros referem-se a despesas com consultoria e assessoria de gestão, serviços prestados por advogados, anúncios e publicidades entre outros serviços, excluído os gastos com remuneração e encargos com Pessoal Chave (Diretoria Executiva).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2018
(Valores expressos em milhares Reais)

14. Resultado financeiro

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	<u>146</u>	<u>47</u>
	146	47
Despesas financeiras		
Remuneração e Debêntures	(782)	(1.122)
Outras despesas financeiras	<u>(118)</u>	<u>(13)</u>
	(900)	(1.135)
Resultado financeiro líquido	<u><u>(754)</u></u>	<u><u>(1.088)</u></u>

15. Outras despesas operacionais

As Outras Despesas operacionais no montante de R\$ (444), em 30 de setembro de 2018 e R\$ (541) em 30 de setembro de 2017, referem-se, basicamente, a baixa de impostos a compensar de exercícios anteriores.

16. Transação com partes relacionadas

A Companhia não possui transações com partes relacionadas, exceto os honorários pagos a Administração.

17. Provisão para contingências

Atualmente, a Companhia não tem conhecimento de ser parte (passiva) em ações judiciais, tributárias, trabalhistas e outros processos administrativos classificados como de perda provável ou possível por seus assessores jurídicos externos, portanto, não constituiu provisão para perdas prováveis estimadas e nem divulgou perdas possíveis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2018
(Valores expressos em milhares Reais)

18. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, informamos que em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 09 de maio de 2018, os conselheiros aprovaram o pagamento de remuneração individual aos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Estatutária). Todos os conselheiros e, também, a Diretora Financeira e de Relações com Investidores renunciaram à percepção de remuneração aprovada nessa reunião. O Diretor Presidente da Companhia perceberá, mensalmente, remuneração, a título de Pró Labore a partir de 2018. Não houve pagamento remuneração aos Diretores e Conselheiros, durante os onze primeiros meses de 2017.

	30/09/2018	30/09/2017
Honorários da Diretoria	(42)	-
Encargos Sociais - FGTS	(3)	-
	<u>(45)</u>	<u>-</u>

19. Seguros

Os seguros de risco de engenharia e performance dos equipamentos, em vigor durante o período de construção, montagem e comissionamento, estavam vinculados aos contratos de construção e fornecimento, e, portanto, foram contratados pelas Companhias encarregadas das obras civis e pela Companhia fornecedora de equipamentos.

Conforme o terceiro termo aditivo ao contrato firmado com Furnas, durante o período de operação do Empreendimento, o seguro geral ficou a cargo e foi efetuado por FURNAS.

A PROMAN contratou Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores (D&O) com a AXA Seguros S.A.. Foram registrados gastos nessa conta, nos 9 primeiros meses de 2018 e de 2017, nos valores de R\$ 8 e R\$ 11, respectivamente.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte da revisão especial das demonstrações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2018 e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

20. Compromissos futuros

O contrato de concessão ANEEL nº 10/2000, para exploração do APM-Manso (geração e transmissão de energia elétrica), firmado entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e as Companhia integrantes do Consórcio APM Manso (Proman e Furnas Centrais Elétricas) foi assinado em 10 de fevereiro de 2000 e vigorará pelo prazo de 35 anos.

21. Instrumentos financeiros

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 30 de setembro de 2018 e 30 de setembro de 2017, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados. Os instrumentos financeiros referem-se a disponibilidades em caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e debêntures.

22. Derivativos

Não é prática da Companhia, operar com os derivativos financeiros para evitar exposições de risco, pois conforme definido na escritura de emissão das debêntures em circulação, a disponibilidade de caixa é distribuída aos titulares das debêntures, ademais, a Companhia não contraiu outros financiamentos que possam, eventualmente, proporcionar esse tipo de exposição para a Companhia.

23. Análise de sensibilidade

Em virtude das informações detalhadas nos itens destas Notas explicativas, a Companhia entende que não possui, e, por conseguinte, não administra quaisquer exposições a riscos financeiros, referentes a eventuais descolamentos entre índices pós-fixados que afetam tanto a receita financeira quanto a despesa financeira.

A PROMAN revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 30 de setembro de 2018 e 30 de setembro de 2017, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados.

Os instrumentos financeiros referem-se a disponibilidades em caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores, debêntures e devolução da energia de canteiro.

Como detalhado nas Notas 8 e 9, os passivos onerosos relevantes contraídos pela Companhia referem-se as debêntures da 1ª emissão (Nota 8) e devolução de energia de canteiro (Nota 9).

O volume de recursos representado pelas debêntures não é atualizado por quaisquer índices econômicos e sua remuneração é calculada e devida, tão somente, quando (1) a empresa for geradora de resultado operacional positivo e (2) apresentar suficiência de caixa para pagamento da remuneração. A devolução da energia de canteiro (Nota 9) corresponde a um volume pré-definido de energia a ser descontada, mensalmente, da energia assegurada a PROMAN, nos termos do Contrato de Concessão ANEEL nº 10/2000.

Por sua vez, a Companhia não faz, por força de suas obrigações contratuais, estabelecidas na Escritura de 1ª Emissão das debêntures em circulação, gestão de caixa. Tão logo os recursos originados da venda da energia elétrica ficam disponíveis no caixa da Companhia, esses recursos são direcionados aos debenturistas para pagamento de remuneração e/ou amortização extraordinária dos referidos ativos. Desse modo, a empresa faz gestão de recursos residuais, suficientes para os pagamentos das despesas correntes dos meses em curso.

A Companhia possui, tão somente, uma aplicação em CDB, cuja remuneração é pós fixada, calculada pela variação acumulada das taxas DI. Essa única aplicação montou recursos na ordem de R\$ 862 mil, representando 4,9% dos ativos da Companhia e rendeu, durante o 3º trimestre de 2018, o equivalente a 77,57% do índice referenciado acima.

Os recursos alocados em Fundos de Investimentos de Curto Prazo com Resgate Automático, no montante de R\$ 134 em 30 de setembro de 2018, correspondem a necessidade de recursos para o pagamento das despesas correntes cujos vencimentos estão programados até 15 de outubro de 2018, data esperada para o recebimento dos recursos oriundo da venda de energia elétrica à Furnas, nos termos do CCVE, já detalhado nas notas explicativas.

24. Informação por segmento

A Companhia tem como único segmento de negócio a geração de energia elétrica, por meio do consórcio firmado com as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, posteriormente transferido para Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), sob regime de concessão do Aproveitamento Múltiplo de Manso - APM Manso (o "Empreendimento"), constituído basicamente pela Usina Hidroelétrica de Manso e suas quatro unidades geradoras. Sendo assim, a Administração da Companhia, responsável por revisar, regularmente, as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da Companhia, não se utiliza de informação por segmento para suas análises.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2018
(Valores expressos em milhares Reais)

25. Outras Informações

A condição de venda da totalidade da energia garantida a PROMAN foi definida pelo contrato de compra e venda de energia elétrica - CCVE celebrado com FURNAS - compradora.

A Companhia tem projetado um faturamento médio anual no valor presente de R\$5.417 mil, suficientes para o cumprimento de suas obrigações, em especial, o pagamento de remuneração e resgate total das debêntures em circulação.

Os investimentos na sua unidade geradora de negócios se encontram 87,16% depreciados.

26. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia.

Conselho de Administração

Cesar Avidos Juruena Pereira - Presidente do Conselho
João Rios Junior - Conselheiro
Marcia de Luca Micheli - Conselheira
Antônio Carneiro Alves - Conselheiro
Geraldo Henrique de Castro - Conselheiro

Diretoria

Thiago de Resende Andrade - Diretor Presidente.
Nanci Turíbio Guimarães - Diretora de Relações com Investidores

Contador responsável

Nadia Iracema Duhau Bulhões Damaceno
TC-CRCRJ -078747- 9.